



Escola Profissional
BENTO DE JESUS CARAÇA
ASSOCIAÇÃO PARA O ENSINO

Projeto Educativo 2017/2020



Lisb@20²⁰

PORTUGAL
2020



REPÚBLICA
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO

Índice

1. Introdução	2
1.1 A CGTP-IN e a Educação	2
1.2 Bento de Jesus Caraça	4
1.3 O 25 de Abril e a Constituição da República Portuguesa	6
1.4 Principais Objetivos	7
2. Sucesso Educativo	8
3. Educação para a Cidadania	9
4. Construção do Modelo Pedagógico	11
5. Avaliação da Qualidade	13

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça reflecte e desenvolve o compromisso de sempre da Escola com a oferta de um ensino de qualidade e estrutura-se tendo como referências o ideário da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN) e de Bento de Jesus Caraça (respetivamente, promotora e patrono da Escola) e o projeto de sociedade que a Revolução do 25 de Abril possibilitou e a Constituição da República enquadrou.

1.1 A CGTP-IN e a Educação

A Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (EPBJC) foi criada em 1990, na sequência de um protocolo estabelecido entre o Ministério da Educação e a CGTP-IN. Esta iniciativa da CGTP-IN é indissociável do seu projeto sindical democrático, progressista e transformador da sociedade e da sua convicção de que a educação e a formação ao longo da vida constituem veículos primordiais para promover a igualdade de oportunidades, valorizar os trabalhadores e desenvolver o país.

No Programa de Ação aprovado no seu XIII Congresso, realizado em fevereiro de 2016, a CGTP-IN defende a melhoria das qualificações como uma necessidade para desenvolver o país, aumentar a produtividade, o nível de vida e os salários, mas também para responder aos desafios da revolução técnico-científica e para se avançar em direção ao pleno emprego. Para a CGTP-IN, é imperioso dinamizar a produção nacional e garantir o emprego de jovens, designadamente com habilitações elevadas, em setores estratégicos para o desenvolvimento, sendo necessário, ainda, romper com o modelo de baixos salários e de baixas qualificações e contrariar as consequências da diminuição da população em idade ativa, provocada pela mudança demográfica e pela emigração.

A política para a melhoria das qualificações exige a articulação com uma estratégia de desenvolvimento e um enquadramento numa perspetiva ampla de educação ao longo da vida, mediante o pleno aproveitamento de recursos financeiros e das estruturas de formação disponíveis, onde se incluem as escolas profissionais, sendo importante reinvestir nos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA).

A CGTP-IN reafirma que é fundamental garantir a promoção de um ensino de qualidade, diverso nas suas respostas, mas não discriminatório. E, neste contexto, todas as vias de ensino (profissional ou científico-humanístico) deverão ter igual dignidade, existindo, entre elas, níveis de permeabilidade, recusando o encaminhamento precoce, bem como dificuldades acrescidas em qualquer delas, no que respeita ao acesso ao ensino superior. Defende, igualmente, a reorganização dos currículos escolares, na sequência de um amplo debate educativo e social, que permita à escola formar cidadãos plenos, capazes de intervir nos mais diversos domínios da vida em sociedade. Uma revisão curricular dos Cursos Profissionais que, para a EPBJC, deve estar também em linha com as novas competências no âmbito da digitalização da economia, contrariando processos excludentes e o desenvolvimento de novas/velhas formas de exploração do trabalho.

A diversificação de percursos escolares pode ser enriquecedora e aprofundar a democraticidade do ensino. No entanto, em nome da diversificação, há também quem, numa postura elitista e contrária à garantia constitucional – *“Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”* (artigo 74º, nº 1) - defenda a institucionalização de percursos diferentes, proporcionando recursos e oportunidades desiguais aos vários estratos da sociedade, beneficiando os alunos socialmente já beneficiados e desfavorecendo os já socialmente desfavorecidos.

Sem descurar a perspetiva de prosseguimento de estudos e da formação ao longo da vida, ao promover o ensino e a educação pelas profissões, a EPBJC prepara os jovens para a sua integração na vida socioeconómica do país, em cooperação com instituições que constituem o seu tecido económico, valorizando a Formação em Contexto de Trabalho, através de uma articulação e acompanhamento que proporcionem experiências de trabalho de qualidade e enriquecedoras da formação dos alunos.

A dignificação social do trabalho, como fator quer de integração e participação social, quer de realização pessoal, constitui um património que incorpora valores a apropriar pelos nossos alunos.

Pela sua duração, currículo, grau académico, certificação profissional e possibilidade de prosseguimento de estudos, o ensino profissional deve ser uma via com igual

dignidade social, o que só é possível, nomeadamente, estando garantidas as adequadas condições de financiamento.

A EPBJC valoriza e defende o futuro do ensino profissional de qualidade em Portugal e recusa a sua descaracterização ou subvalorização.

É neste sentido que a CGTP-IN defende o papel insubstituível de uma Escola Pública Democrática, gratuita, de qualidade, para todos e inclusiva.

1.2 Bento de Jesus Caraça

A escolha de Bento de Jesus Caraça para patrono da nossa Escola constitui uma homenagem à sua vida e obra, mas também uma forma de nos apropriarmos do seu alto exemplo moral de intelectual português antifascista que a repressão procurou, por todos os meios, vencer. Nascido a 18 de abril de 1901, em Vila Viçosa, filho de trabalhadores rurais, não teve condições fáceis para poder continuar os estudos. Apesar disso, a sua excecional envergadura intelectual permitiu-lhe alcançar o lugar de professor catedrático com apenas 26 anos de idade, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Politicamente comprometido, participou ativamente na batalha, na frente política e cultural, contra a ditadura fascista de Salazar, então vigente no nosso país. Juntamente com vários professores universitários, foi demitido do ensino oficial em 1946, tendo morrido dois anos depois, quando muito havia ainda a esperar da sua inteligência, sensibilidade, espírito de tolerância e elevado senso pedagógico.

O pensamento pedagógico de Bento de Jesus Caraça baseava-se em duas noções fundamentais: a cultura integral do indivíduo como objetivo a alcançar e a defesa da então designada «escola única» como princípio organizador do ensino, isto é, a recusa de uma escola para ricos e outra para os filhos dos trabalhadores.

Recusando concepções “elitistas”, Bento de Jesus Caraça considerava que todos eram responsáveis pela resolução dos seus problemas, pelo que a questão da cultura de toda a humanidade revela-se como uma questão central do seu e do nosso tempo. Definia a aquisição da cultura como uma tomada de consciência e elevação constante das mais positivas possibilidades humanas sob o ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico. A cultura não poderia ser, portanto, monopólio de uma “elite”, mas uma reivindicação para toda a humanidade, o que pressupõe a

emancipação económica dos homens e das mulheres e a eliminação de sistemas baseados na exploração.

Em 1933, na conferência 'A Cultura Integral do Indivíduo/Problema Central do Nosso Tempo', esclareceu o seu entendimento do que é um homem culto, aquele que:

- “ 1. Tem consciência da sua posição no Cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence;*
- 2. Tem consciência da sua personalidade e da dignidade que é inerente à existência como ser humano;*
- 3. Faz do aperfeiçoamento do seu ser interior a preocupação máxima e fim último da vida”.*

É clássica a distinção que fez nessa conferência, entre cultura e civilização:

“O grau de civilização de um povo mede-se pela quantidade e qualidade dos meios que a sociedade põe à disposição do indivíduo para lhe tornar a existência fácil; pelo grau de desenvolvimento dos seus meios de produção e distribuição; pelo nível de progresso científico e utilização que deles se faz para as relações da vida económica.”

“O seu grau de cultura mede-se pelo conceito que ele forma do que seja a vida e da felicidade que no indivíduo se deve dar para viver; pelo modo como nele se compreende e proporciona o consumo; pela maneira e fins para que são utilizados os progressos da ciência; pelo modo como entende a organização das relações sociais e pelo lugar que nelas ocupa o homem.”

E conclui que se:

“O desenvolvimento da civilização, entendida como acima, só por si, pode conduzir ao automatismo e à conseqüente escravização do homem, o que nos é mostrado pela civilização capitalista actual, é isso devido, não a um alto mas sim a um baixo grau de cultura que permite que os meios do progresso sejam utilizados num ambiente de completo abandono dos objectivos superiores da vida.”

Bento de Jesus Caraça foi também um dos mais notáveis matemáticos portugueses da sua geração, autor do livro 'Conceitos Fundamentais da Matemática', uma verdadeira obra-prima, onde, num pequeno prefácio à 1ª edição, expõe as duas atitudes face à "Ciência", que são, por si só, um autêntico programa pedagógico.

“A Ciência pode ser encarada sob dois aspectos diferentes. Ou se olha para ela tal como vem exposta nos livros de ensino, como coisa criada, e o aspecto é o de um todo harmonioso, onde capítulos se encadeiam em ordem, sem contradições. Ou se procura acompanhá-la no seu desenvolvimento progressivo, assistir à maneira como foi sendo elaborada, e o aspecto é totalmente diferente – descobrem-se hesitações, dúvidas, contradições, que só um longo trabalho de reflexão e apuramento consegue eliminar, para que logo surjam outras hesitações, outras dúvidas, outras contradições. (...) Descobre-se ainda qualquer coisa mais importante e mais interessante: no primeiro aspecto, a Ciência parece bastar-se a si própria, a formação dos conceitos e das teorias parece obedecer só a necessidades interiores; no segundo, pelo contrário, vê-se toda a influência que o ambiente da vida social exerce sobre a criação da Ciência.

A Ciência, encarada assim, aparece-nos como um organismo vivo, impregnado de condição humana, com as suas forças e as suas fraquezas e subordinado às grandes necessidades do homem na sua luta pelo entendimento e pela libertação; aparece-nos, enfim, como um grande capítulo da vida humana social.”

1.3 O 25 de Abril e a Constituição da República Portuguesa

No preâmbulo da Constituição da República Portuguesa pode ler-se:

“A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista. (...) Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da

sociedade portuguesa. (...) A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais.”

Os deputados aprovaram, no dia 2 de abril de 1976, a Constituição que os trabalhadores e o povo, com as lutas travadas, conquistaram.

É uma Constituição democrática e progressista que, na sua génese, coloca como inseparáveis as vertentes política, económica, social e cultural da democracia, aliadas aos desígnios da independência e soberania nacionais. Uma Constituição que inscreve os direitos dos trabalhadores como intrínsecos à democracia, reconhecendo às mulheres o direito à igualdade no trabalho, na família e na sociedade, que consagra os direitos das crianças e jovens, dos reformados, dos cidadãos com deficiência, que proclama a subordinação do poder económico ao poder político, que lança as bases dos direitos sociais e culturais e consagra como princípios e valores inalienáveis, um Portugal independente, de paz e da cooperação.

É ainda a Constituição que estabelece que todos têm direito à educação e à cultura, competindo ao Estado promover a sua democratização, e que *“todos têm direito ao ensino como garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.”* Sobre a participação democrática no ensino, reconhece aos professores e alunos o direito de participarem na gestão democrática das escolas, nos termos da lei.

Deste modo, contribuir para um seu maior conhecimento é uma forma de promover a formação cívica e democrática das gerações mais jovens.

1.4 Principais Objetivos

Para o triénio 2017/2020, definimos dois grandes objetivos:

- Aprofundar a cultura escolar de sucesso educativo de todos os nossos alunos;
- Promover a educação para a cidadania, tendo como principal referência os princípios e valores consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Para atingir os objetivos delineados, precisamos, por um lado, de desenvolver uma cultura profissional com a participação de todos os professores na construção de um modelo pedagógico que seja coerente com os objetivos enunciados e, por outro,

melhorar e adaptar o nosso sistema de avaliação dos resultados, promotor da qualidade.

2 SUCESSO EDUCATIVO

A abundante literatura científica sobre as causas do insucesso escolar tem posto em evidência a fortíssima correlação estatística que existe entre este e a condição socioeconómica das famílias de origem dos alunos, a importância dos fatores culturais (como o grau de escolaridade dos progenitores) e o papel da própria escola na reprodução do insucesso.

As conclusões destes estudos mostram a importância que políticas económicas e sociais de combate às desigualdades e que garantam condições de vida dignas a todas as famílias podem ter no êxito escolar dos alunos.

Simultaneamente, é hoje cada vez mais consensual a grande influência que as variáveis escolares podem ter no êxito dos alunos, independentemente da sua condição social.

É necessário refletir e questionar algumas das práticas organizacionais estandardizadas, como são o caso da uniformidade rígida do currículo, com uma excessiva compartimentação disciplinar, do trabalho docente quase exclusivamente monodisciplinar e da organização das atividades de aprendizagem dos alunos.

Em síntese, trata-se de aprofundar a cultura escolar que tem como principal objetivo o sucesso de todos os alunos. Só com o sucesso dos alunos existe sucesso dos professores e da Escola. Isto pressupõe expectativas positivas, relativamente a todos e a cada um dos alunos.

Neste âmbito, definimos como objetivos:

- Diminuir a taxa de desistências, de modo a que cada turma termine com, pelo menos, 23 alunos, tendo em conta que cerca de metade das causas referidas pelos alunos são exógenas à Escola, mas as restantes têm a ver com a integração na turma, no Curso e na Escola;

- Aumentar a taxa de conclusão dos alunos que frequentam o ciclo de formação completo, tendencialmente para os 100%;
- Diminuir o número de alunos com módulos em atraso e o seu montante global, devendo cada professor definir, com os alunos, atempadamente, estratégias para a sua recuperação;
- Diminuir o absentismo injustificado e o número de alunos e de horas que precisam de ser “compensadas”;
- Desenvolver estratégias de apoio ao prosseguimento de estudos;
- Acompanhar a inserção no mercado de trabalho e dinamizar a bolsa de emprego *online*;
- Trabalhar as competências sociais, emocionais e comunicacionais dos alunos (projeto Ser+)

3 EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Desde sempre, a EPBJC inscreveu no seu Projeto Educativo a contribuição para a formação dos seus jovens alunos, ajudando-os a tornarem-se cidadãos conscientes, informados, preocupados com os outros, ativos, responsáveis e, ao mesmo tempo, profissionais competentes.

A educação dos jovens é um processo coletivo e social, que começa na família, na comunidade e no grupo de pares, fortemente influenciado pelos discursos dominantes dos órgãos de comunicação social, detidos pelos grandes poderes económicos e financeiros, e pelas redes sociais.

A Escola pode e deve desenvolver um papel insubstituível na educação dos jovens, um papel que se expressa de forma mais ou menos explícita, designadamente através das regras, direitos e deveres que estabelece, contribuindo para a formação cívica dos alunos.

Aprofundamos a educação para a cidadania, nomeadamente através das seguintes prioridades e aprendizagens:

- a) O aumento dos conhecimentos dos alunos sobre temas relevantes, melhorando a sua compreensão e tornando-os mais conscientes das suas aprendizagens.

Anualmente, será selecionado um Tema de Projeto de Escola, a nível nacional, de relevância social e política, que será, depois, desenvolvido em cada turma no âmbito do Projeto Curricular de Turma, com a participação dos alunos na definição dos subtemas que pretendem trabalhar e das atividades a realizar. Estes trabalhos devem ser apresentados a toda a turma e, sempre que possível, a todos os alunos e familiares de cada delegação;

- b) A educação para a Cidadania e o desenvolvimento de competências sociais, que deve ser o objetivo principal da Área de Integração.

Do programa desta área curricular devem ser selecionados temas reais e atuais, relevantes para os alunos, afetivos, controversos e, sempre que possível, com uma dimensão ética perceptível para os alunos;

- c) As comemorações do 25 de Abril continuarão a ser um elemento importante dos Planos de Atividades das delegações, com atividades que envolvam todas as turmas, onde, para além de atividades lúdicas e desportivas, haverá sempre uma componente política com recurso a meios diversificados;
- d) O desenvolvimento de projetos com a comunidade será uma linha de trabalho a generalizar, tirando partido de experiências já realizadas e proporcionando o contacto dos nossos alunos com outras camadas da população e instituições interessadas nessa cooperação;
- e) O desenvolvimento de capacidades como a análise de informação, o pensamento crítico e a capacidade de argumentação, o que permite formar opiniões fundamentadas;
- f) A promoção de valores como a justiça social, a igualdade, a coragem e a solidariedade, como contraponto ao individualismo e à visão caritativa e “assistencialista”, favorecendo a cooperação em detrimento da competição;

- g) O desenvolvimento do espírito de iniciativa dos alunos enquanto construtores sociais do seu percurso de vida, em que se inscreve uma postura ativa de defesa dos seus direitos e garantias;
- h) O aprofundamento do funcionamento democrático da Escola, melhorando a participação dos alunos aos mais diversos níveis, desde os processos de aprendizagem à organização da vida escolar.

O modelo pedagógico baseado na aprendizagem cooperativa é um desafio a uma maior participação dos alunos na organização das suas aprendizagens; o seu envolvimento na organização do espaço escolar reforçará o seu sentimento de pertença;

- i) A criação da “Hora de Orientação Educativa de Turma”, no Horário Semanal da Turma, que possibilita uma discussão regular e sistemática de todos os problemas com os alunos, nos planos das aprendizagens, dos comportamentos e dos projetos;
- j) A valorização do papel dos delegados de turma, dos Conselhos de Delegados, bem como a criação das Assembleias de Turma, enquanto formas organizativas que darão um novo protagonismo aos alunos.

4 CONSTRUÇÃO DO MODELO PEDAGÓGICO

O modo de ensinar e de organizar as estratégias de aprendizagem não é independente dos objetivos que assumimos e do que pretendemos que os alunos aprendam.

Evitar que as diferenças socioculturais se convertam em desigualdades escolares é uma tarefa difícil, pois trata-se de romper com uma tradição escolar de “ensinar a muitos como se fossem um só”, de romper com a pedagogia magistral, a mesma lição e os mesmos exercícios para todos e ao mesmo tempo.

Não existe uma relação determinista entre a cultura, a classe social e os resultados escolares. Estas relações são mais amplas e interativas e os resultados académicos estão fortemente relacionados com as características dos processos educativos.

É este o enorme desafio em que se encontram envolvidos os nossos professores e alunos, mas já foram dados vários passos em frente e é já possível observar os resultados do trabalho desenvolvido. Trata-se de cimentar um modelo pedagógico em que se procura responder, de maneira integrada, à diversidade dos alunos, que têm direito ao sucesso baseado na aprendizagem cooperativa e na diferenciação pedagógica, em que destacamos os seguintes elementos:

- Papel ativo dos alunos, trabalhando individualmente e de forma cooperativa;
- Utilização de estratégias de aprendizagem baseadas em grupos cooperativos heterogéneos;
- Trabalho por projetos como uma opção de fundo na organização do trabalho escolar, um tempo forte de práticas diferenciadas, realizadas em pares ou pequenos grupos;
- Realização de projetos interdisciplinares;
- Gestão do tempo de aula, criando o tempo de estudo autónomo, em que os alunos se guiam por um Plano Individual de Trabalho, possibilitando ao professor individualizar o seu trabalho de ensino com os alunos que apresentam necessidades específicas.
- Instituição de processos de avaliação que permitam a adaptação do ensino às diferenças individuais observadas nas aprendizagens. Uma avaliação plenamente integrada no processo de ensino e na aprendizagem, cuja principal formação é regular e melhorar as aprendizagens dos alunos, o que pressupõe a partilha de responsabilidades em matéria de avaliação e aprendizagem.

Os Guias de Aprendizagem construídos pelos professores para o grupo de alunos de cada turma, em alternativa aos Manuais Escolares, são um importante instrumento de gestão curricular do professor e uma afirmação da sua autonomia.

As ruturas que este modelo pedagógico implica não se fazem isoladamente e, por isso, as sessões de autoformação cooperadas de professores, onde apresentamos e discutimos com os restantes colegas os trabalhos que estamos a realizar com os alunos, são um momento privilegiado do desenvolvimento profissional docente.

A evolução tecnológica e a sua apropriação pelos alunos têm um enorme impacto nas aprendizagens e colocam novas exigências ao trabalho docente e à sua formação.

O modelo pedagógico em construção na EPBJC implica o envolvimento ativo de todos os intervenientes educativos, no sentido de potenciar o sucesso escolar. Nesta perspetiva, pretende-se reforçar:

- A valorização do professor enquanto elemento basilar do processo educativo e como profissional competente na definição da estratégia didático-pedagógica e gestor do currículo.
- O papel do aluno enquanto agente regulador do seu processo de aprendizagem, de construção social e pessoal, em cooperação com os seus pares e com todos os elementos da comunidade educativa.
- O envolvimento ativo dos encarregados de educação no processo de aprendizagem de cada aluno, possibilitando-lhe um acompanhamento real do seu percurso em inter-relação com os vários órgãos escolares, gerando um compromisso educativo e social de responsabilização mútua pelo sucesso educativo.
- O contributo dos trabalhadores não docentes quer da área administrativa quer de outros serviços técnicos, como o Serviço de Psicologia e Orientação, são essenciais para garantir as condições ao bom desempenho do trabalho pedagógico. Na primeira linha dos contactos com as famílias, com os alunos nos espaços extra aula e com outras entidades com quem a Escola se relaciona, os trabalhadores não docentes desempenham um papel que constitui uma mais-valia para a imagem e prestígio da instituição. Um papel cuja assunção prática pressupõe uma grande identificação com o Projeto Educativo, pelo que o seu contributo na definição das estratégias de ação é imprescindível.

5. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

A avaliação é um processo sistémico e contínuo, que se desenvolve em quatro domínios/dimensões:

- Avaliação do Trabalho Docente;
- Observatório da Qualidade;

- Monitorização dos processos técnico-pedagógicos;
- Implementação do Sistema EQAVET.

A avaliação do trabalho docente na EPBJC, cujo objetivo é a melhoria do trabalho docente e, conseqüentemente, das aprendizagens dos alunos, não tem impacto na progressão da carreira nem conduz a qualquer classificação, pois visa o crescimento profissional e o controlo dos resultados.

É um processo que se baseia num Relatório de Autoavaliação Anual, elaborado pelo docente, seguido de uma análise que incide sobre o Dossier Pedagógico do professor, a observação de aulas, a entrevista de reflexão e a conseqüente elaboração de um Plano de Melhoria e Desenvolvimento, onde o professor assume um conjunto de compromissos para o seu crescimento profissional. Este processo dá, então, lugar a um Relatório de Avaliação em que a Comissão de Avaliação regista e avalia as diversas áreas de intervenção docente.

O Observatório da Qualidade recolhe e analisa, sistematicamente, os dados relativos à caracterização dos alunos e aos principais resultados escolares (desistências, assiduidade, módulos não realizados, percursos pós-formação, taxas de emprego e inquéritos de satisfação), de forma a permitir uma discussão informada dos problemas. Os balanços e inquéritos melhoram o nosso conhecimento da realidade escolar.

A monitorização dos processos técnico-pedagógicos permite aferir o grau de cumprimento das Normas e Procedimentos instituídos na EPBJC e a regularização das situações anómalas detetadas.

Vamos adaptar o nosso modelo de avaliação ao Quadro EQAVET (Quadro de Referência Europeu de Garantia de Qualidade para o Ensino e Formação Profissional), dando assim cumprimento ao Decreto-lei nº 92/2014, de 20 de junho, que determina que as escolas profissionais sejam objeto de avaliação sistemática, tendo em vista a monitorização dos respetivos processos, resultados e a prestação de contas públicas.